



Encontro dos ATEs mobiliza segmento à luta em 2010

Será em dia 23 de abril, no Othon Palace, o Encontro Estadual dos Agentes de Tributos. É o primeiro evento do segmento após as vitórias obtidas em 2009 e após a mudança nas suas atribuições na Fazenda. No evento vamos avaliar os 12 meses de aprovação da Lei 11.470/09, discutir o que tem sido feito para derrotar a ADI do DEM/PFL e debater a Lei Orgânica da Administração Tributária.

O advogado do Sindicato, Dr. Almiro do Couto e Silva, estará presente no encontro, participando da discussão das pautas do ADI e da LOAT.

A participação dos Agentes de Tributos nesse evento é fundamental para unificar as

informações e preparar a mobilização para garantir os direitos e responder aos ataques perpetrados por

alguns ex-chefes da Sefaz e seus representantes na política. Quem é do interior deve entrar em contato com o Sindsefaz e ver como participar. **Página 3**



Pauta continua pendente. Página 2

ENCONTRO ESTADUAL DOS AGENTES DE TRIBUTOS

**Dia 23/04/10 (Sexta), às 9h,
no Othon Palace (Ordina).**

Em Discussão:

- 1 ADI 4233-BA, movida pelo DEM/PFL/IAF;
- 2 Lei Orgânica da Administração Tributária;
- 3 Fiscalização do Trânsito, das pequenas e microempresas.

**Presença de Dr. Almiro do Couto e Silva
na discussão dos itens 1 e 2.**

**SIND
SEFAZ**
CONSTITUINDO UMA SEFAZ MELHOR
SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

**Incremento dos aposentados
foi de 64% em três anos**

Página 9

**Vitória na Ação das
Indenizações sobre férias**

Página 11

Secretário reafirma compromissos, mas pauta continua pendente

Entidade cobra respostas

O secretário da Fazenda, Carlos Martins, recebeu a diretoria do Sindsefaz, no dia 30 de março passado, para responder a pauta de reivindicação pendente da categoria. O titular da Sefaz, na audiência, esteve acompanhado pelo subsecretário Carlos Batista e pelo chefe de Gabinete Pedro Dórea. A entidade esteve representada pelos diretores Walmir Cruz, Jorge Claudemiro da Silva, Fátima Mota, Genildo Viana, Ubirajara Lima, Aulos de Almeida, Eliel Barbosa, Rosaura Maciel, Joaquim Amaral e, posteriormente, Rubens Santiago.

Na reunião foram debatidos diversos pontos (veja ao lado).

Infelizmente, o que observamos é que não houve avanços em relação à reunião anterior, confirmando uma suspeita da entidade quando às dificuldades para arrancar novos pleitos do governo este ano se não houver mobilização da categoria.

O Sindsefaz pretende realizar encontros estaduais por segmento para retirar os indicativos dos próximos encaminhamentos das reivindicações. O Encontro dos



Audiência com secretário tratou pauta extensa

Técnicos já ocorreu no dia 08 de março passado. O Encontro dos Agentes de Tributos está marcado para o próximo dia 23 de abril. Em seguida, serão marcados os demais.

Não tem jeito. A fórmula é a mesma, unir articulação política e luta.

Respostas do Secretário

Técnicos Administrativos

O secretário, Carlos Martins, disse que não existe decisão do governo no sentido de promover a recomposição da GDF, de acordo com a proposta entregue pelo Sindsefaz, em 08 de março, acompanhada de abaixo-assinado. Mas, continua firme na posição de continuar debatendo a construção de plano próprio para o grupo técnico-administrativo da Sefaz.

Pensionistas

O secretário afirmou que não houve avanço em relação à reunião anterior, quanto ao cumprimento do direito das pensionistas ao retorno do valor do ponto a 3%, pois ainda não foram obtidos junto à SUPREV/SAEB os dados relativos aos impactos financeiros.

Execução do PDF e da CET

Martins disse que se reuniria com o Procurador Geral do Estado, Rui Moraes Cruz, no mesmo dia 30 de março, para tratar das Execuções do PDF e da CET, entre outros assuntos. Ainda não tivemos retorno.

Subteto

Apesar de todas as ponderações feitas pelo Sindsefaz, especialmente quanto aos estornos que ocorreram em razão da incorporação de segunda parcela do PDF em março de 2010, o secretário reafirmou que não existe decisão de governo com o objetivo de promover nova majoração no subteto do Poder Executivo, este ano. Descartou, também, a possibilidade de alteração da Lei que dispõe sobre o PDF, no momento.

Portaria da GF

O secretário continua com a mesma posição da reunião anterior, ou seja, não pro-

moverá alterações na Portaria da Gratificação de Atividade Fiscal para aumentar proporcionalmente o número de pontos recebidos pelos aposentados e pelos dirigentes sindicais em disponibilidade.

Promoções

Martins espera que o projeto das promoções seja aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA), pois os gastos do Estado com a folha de pessoal já estão abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, informou que este ano existe um acordo firmado entre as bancadas dos partidos da ALBA, no sentido de limitar o número de projetos que serão colocados, semanalmente, em votação. Daí, a necessidade de esforço conjunto para garantir a inclusão do projeto das promoções em pauta.

Evento de Agentes de Tributos marcará início de novos avanços

Sindicato convoca ATEs

O Sindicato convocou para o próximo dia 23 de abril, no Othon Palace, um novo Encontro Estadual dos Agentes de Tributos. É o primeiro evento do segmento após as vitórias obtidas em 2009 e após a mudança nas suas atribuições na Fazenda. Com o encontro, o Sindsefaz quer fazer uma avaliação após passados 12 meses de aprovação da Lei 11.470/09, informar sobre as iniciativas para desmascarar a ADI do DEM/PFL e apontar os rumos da luta para o futuro, em especial a questão da Lei Orgânica da Administração Tributária.

Do encontro participará o advogado do Sindsefaz, Dr. Almiro do Couto e Silva, que falará sobre os aspectos da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei 11.470/09 e a Lei 8.210/02. Dr. Almiro foi o advogado que defendeu no Supremo, com vitória, as reformulações ocorridas nas carreiras de Santa Catarina.

Um outro ponto que a diretoria pretende debater com o segmento é a elaboração de Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT), específica para a Bahia, que teria como objetivo dar segurança jurídica às carreiras do grupo Fisco baiano, estabelecendo as garantias, direitos de cada segmento e os seus deveres perante o Estado brasileiro. A



Dr. Almiro do Couto e Silva estará presente no evento

idéia da diretoria do Sindsefaz é construir uma proposta – amplamente debatida na categoria, inclusive com os colegas aos auditores fiscais – na expectativa de apresentar as linhas gerais de projeto de Lei Orgânica aos candidatos a governo do nosso Estado nas próximas eleições de 2010, para conhecer as suas posições quanto este tema fundamental para a nossa carreira típica de Estado.

Neste particular, ouviremos também a opinião do Dr. Almiro do Couto e Silva, jurista, administrativista que, ao lado de Dra. Silvia Zanella e outros, compôs o grupo de trabalho nomeado pelo governo federal para construir uma proposta de reformulação do Decreto Lei 200, que dispõe sobre as normas gerais da administração pública federal, que deve nortear a elaboração das leis orgânicas em todo o país.

Por fim, o encontro se debruçará sobre as questões administrativas e gerenciais do cotidiano fazendário na fiscalização de Trânsito de Mercadorias e no âmbito da fiscalização de micro, pequenas e médias empresas. Entram nesse debate os resultados alcançados, as condições de trabalho, a responsabilidade e as metas para o futuro.

A diretoria do Sindicato conclama a presença dos colegas ATEs para o encontro. É uma oportunidade singular de debate, para manter o segmento em alta, à luz do rico momento vivido em 2008 e 2009 e que culminou em importantes vitórias. Por isso pedimos aos colegas que se organizem, seja da capital ou do interior, e entrem em contato com os delegados sindicais e com a direção do Sindsefaz para programar a participação.

Segmento aprova bandeiras de luta para 2010 e apresenta pauta a Sefaz

Secretário ouve pleitos

Os técnicos administrativos da Sefaz se reuniram em encontro no último dia 8 de março, na Fundação Luiz Eduardo Magalhães (FLEM), no CAB. O evento contou com a presença de 171 colegas (que assinaram a lista) e aprovou as bandeiras de luta que o Sindicato irá encaminhar em 2010, em prol do segmento.

A Mesa do encontro foi formada só por mulheres, uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março e foi formada pelas colegas Rosaura Maciel, Cintya Hamdan, Maria Nazaré Peixoto, Gilvânia Martins e Maria de Fátima Mota.

Posteriormente, foi feito um relato das visitas e discussões que o Sindicato tem desenvolvido junto a dirigentes da Sefaz, na busca de apoio à instituição de uma carreira específica para os técnicos administrativos. Os membros da comissão dos técnicos e os dirigentes da entidade citaram as visitas ao secretário Carlos Martins, ao sub-secretário Carlos Batista, ao chefe de Gabinete Pedro Dórea, ao diretor-geral Jorge Wilton, aos superintendentes Cláudio Meireles, Luiz Roberto e Olintho Oliveira, e ainda aos colegas Hélio Oliveira (DTI), Rommel Cavalcanti (DIRAT) e Sandra Costa (UCS).

Após os informes iniciais, foi aberta a discussão. Além da carreira específica, os técnicos definiram a proposta da Recomposição da GDF como uma outra bandeira do segmento. Isso atingiria os analistas (com a incorporação da GPC) e os auxiliares e técnicos (com a incorporação da CET).

A direção do Sindsefaz informou que havia conseguido que o grupo técnico administrativo fosse recebido pelo secretário Carlos Martins para tratar das propostas aprovadas no encontro. Então, deliberou-se que seis colegas seriam escolhidos para questionar o titular da Fazenda sobre as demandas do segmento. Os escolhidos foram Rosaura Maciel, Edson Felipe, Ana Mesquita, Cintya Hamdan, Maria Nazaré Peixoto e Ilza Couto Schaub.



Técnicos prestigiaram discussão sobre demandas específicas

ENCONTRO COM O SECRETÁRIO

Ainda no dia 8 de março, final da tarde, no auditório do Prédio Sede da Sefaz, o secretário Carlos Martins recebeu cerca de 60 técnicos administrativos. Estava acompanhado do sub-secretário, Carlos Batista e do chefe de Gabinete, Pedro Dórea. O grupo escolhido pela manhã fez uma explanação das discussões ocorridas no seio do segmento e defenderam as propostas aprovadas no encontro ocorrido pela manhã.

Os colegas que usaram da palavra valorizaram junto ao secretário os avanços que ocorreram nos últimos três anos, como a vinculação do piso salarial do estado ao salário mínimo nacional (que significou um incremento de 17,28%, em 2007), a criação da GDF e a incorporação do PDF e os incrementos reais nos vencimentos. E pediram ao secretário atenção aos dois pleitos que estavam sendo apresentados.

POSIÇÃO DE MARTINS

O secretário Carlos Martins ouviu a comissão e respondeu ao que foi apresentado. Ele reafirmou uma preocupação já manifestada antes, quanto à ansiedade do grupo técnico-administrativo em relação às questões emergenciais e da carreira específica. Disse que o segmento deve con-

tinuar debatendo a questão, para construir uma proposta que seja boa para o segmento, mas também para o estado, sustentável tanto do ponto de vista gerencial, como do ponto de vista financeiro e político.

O secretário manifestou o acima para depois dizer que quer ser convencido por uma proposta neste sentido e que a defenderá junto ao governo. Disse de forma categórica que está convencido das desigualdades existentes entre os segmentos na Fazenda. Mas que em 2010 isso não entrará em pauta por causa das consequências com a Lei de Responsabilidade Fiscal (da qual o estado já alcançou o limite prudencial) e por causa da questão legal que envolve este ano eleitoral. Perguntado se a proposta apresentada da incorporação da CET e GPC poderia acontecer se não houvesse impacto financeiro para quem está em atividade e apenas para os aposentados, o secretário respondeu que isso não seria possível, uma vez que os atuais aposentados, reivindicariam o mesmo direito, à luz da paridade constitucional e isso acarretaria em representativo impacto financeiro.

Ministro entrega documento que afirma legitimidade jurídica da entidade Único sindicato da categoria

Em audiência na última quarta-feira, dia 03, em Brasília, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, entregou à diretoria do Sindsefaz a Carta Sindical da entidade. O documento é o instrumento formal que comprova o direito de nossa entidade de representar todos os Auditores, Agentes de Tributos e Técnicos Administrativos da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Estiveram presentes os diretores Jorge Claudemiro, Rubens Santiago, Eliel Barbosa, Ubirajara Lima, Fátima Mota e Joaquim Amaral.

A Carta Sindical formaliza o registro sindical da entidade, que já havia sido concedido e deve frear, em definitivo, a tentativa de divisão da categoria, que vem sendo patrocinada por um grupo de ex-chefes da Sefaz. A tentativa já foi frustrada também no Tribunal Regional do Trabalho.

O Ministro Lupi, durante passagem por Salvador em 23 de novembro passado, já havia manifestado ao Sindsefaz que receberia a entidade para entregar a Carta. Na audiência em Brasília a diretoria do Sindicato foi acompanhada pelo deputado federal Daniel Almeida (PCdoB).



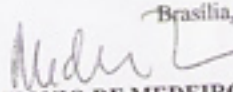
Em Brasília, Ministro Lupi e deputado Daniel (PCdoB) dão boa notícia à diretoria

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

CERTIDÃO

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, CERTIFICA para fins de direito que consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, o registro sindical, referente ao processo de nº46000.030726/2008-33 (alteração estatutária por fusão), do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia - SINDSEFAZ - BA, CNPJ: 16.301.764/0001-57, representando a categoria dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, composta por integrantes do Grupo Ocupacional Fisco (auditores fiscais e agentes de tributos estaduais) e Grupo Ocupacional Técnico - Administrativos (auxiliares administrativos, técnicos administrativos e analistas técnicos), com abrangência estadual e base territorial no Estado da Bahia - BA, concedido por despacho publicado no D.O.U. em 05.11.09, Seção I, pág. 86. Eu, Zilmara David de Alencar, Coordenadora-Geral de Registro Sindical, a conferi.

Brasília, 03 de março de 2010.


LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS
Secretário de Relações do Trabalho

A entidade está com suas informações atualizadas junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES/MTE, válidas até 01 de julho de 2012.

Certifico.
Dou fé.


CARLOS LUPÍ
Ministro do Trabalho e Emprego



Folia Tropical 2010

Veja fotos de mais um evento de sucesso realizado pelo Sindsefaz em parceria com o Sindicato dos Jornalistas, nosso parceiro.



embasa



Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Turismo
BahiaTur



Millennium
Inorganic Chemicals
A Cristal Company



Itagibá
C. NOROCCO, 10 - CENTRO E
midia

Desespero e nostalgia explicam efeito retardado da ONG do DEM/PFL

Ação e omissão dos ex-chefes



Imagens retiradas do site do IAF

Imagens da confraternização entre os que perseguiram os fazendários e os seus aliados na categoria

Quem teve paciência de ler as últimas posições divulgadas pela ONG IAF sobre a ADI 4233-BA, deve ter observado o desespero que vem envolvendo os alguns ex-chefes da Sefaz, vinculados ao DEM-PFL, com o desfecho próximo da questão. A razão é muito simples: eles sabem que são os responsáveis pela ação, mas também pela omissão.

Esta tarefa de desagregar os fazendários não é recente. Mas, para explicar a afirmativa feita acima, é necessário retornar ao ano de 2002, quando foram reestruturadas as carreiras do fisco da Bahia. Naquela época, o Sindsefaz já defendia a implantação de carreira única, nos mesmos moldes que foram alcançados em outros Estados. E, nos mínimos espaços de discussão, os nossos ex-chefes, que hoje compõem o pequeno Instituto IAF, já se posicionavam radicalmente contra a carreira única.

Entretanto, alguns foram chamados ao bom senso, outros motivados para auferir mais poderes e vantagens financeiras, e outros foram obrigados a acatar as alterações nas carreiras de auditores fiscais e agentes de tributos, em face da complexidade das atividades, das normas tributárias, e do novo princípio constitucional da eficiência administrativa (art. 37, caput, alterado pela EC n. 19-1998).

Assim, à época, os reacionários chefes não conseguiram evitar, pela organização sindical da categoria e pela exigência da realidade administrativa e tributária, os peque-

nos avanços advindos com a Lei n. 8.210-2002. Entre outros pontos, a lei estabeleceu novas atribuições para cada uma das carreiras do fisco e o requisito de escolaridade de nível superior e promoção, para ambas as carreiras do fisco.

Portanto, todos os auditores fiscais e agentes de tributos que ingressaram nos cargos com a exigência de escolaridade de nível médio foram aproveitados, enquadrados nas novas carreiras de nível superior e passaram a praticar todas as atribuições inerentes às novas carreiras de nível superior, de acordo com o art. 24 e o Anexo V, da Lei 8.210/2002.

Os atos de enquadramentos de auditores fiscais e agentes de tributos não foram questionados até o ingresso da ADI 4233-BA, em 2009. Portanto, já havia ocorrido a decadência do direito de revisão ou invalidação dos atos de enquadramentos, desde março de 2007, pois decorreram mais de cinco (5) anos.

JOGO DE CENA

Os poucos ex-chefes ligados ao Instituto sabem que a omissão em questionar a revisão ou invalidação dos atos de enquadramentos em tempo hábil deverá determinar a perda desta ação que impugna justamente os dispositivos que promoveram os enquadramentos. Mas, apesar do desespero do conhecimento, eles não perdem a empáfia nem a oportunidade de tentar desgastar o go-

verno que lhes tirou algumas das chefias. Governo Wagner, diga-se, que nenhuma responsabilidade tem sobre a parte da ação que trata da Lei 8.210/2002.

Dessa forma, com todo o respeito ao posicionamento da Advocacia Geral da União e da Procuradoria Geral da República, que embora tenham sido firmes em dizer que **NÃO HÁ INCONSTITUCIONALIDADE NAS DUAS LEIS QUESTIONADAS**, deixaram de observar, neste caso concreto, a existência da decadência do direito de revisão ou invalidação dos atos de enquadramentos, assim como deixaram de observar, neste caso concreto, a incidência direta do princípio constitucional da segurança jurídica que limita o poder-dever de revisão e invalidação de atos administrativos.

O Sindsefaz e toda a categoria fazendária devem ficar atentos e mobilizados chamando a **atenção do governo da Bahia quanto aos dobramentos políticos da ação**, porque os efeitos jurídicos da omissão são totalmente desfavoráveis ao DEM-PFL-IAF. Os integrantes da ONG, que tenta de forma desesperada transformar ex-chefes em sindicalistas, conhecidos amoucos e servís durante duas décadas, particularmente omissos em 2002 (porém raivosos e incoseqüentes a partir de 06 de outubro de 2006), terão que dar explicações aos senhores que os orienta politicamente sobre esse comportamento de efeito retardado.

Colegas entregam documentos para execução das ações do PDF e CET

Encaminhando a decisão

Seguindo orientação da assembléia realizada pelo Sindsefaz em janeiro passado, os colegas continuam entregando a documentação ao Jurídico da entidade para as execuções das ações do PDF e da CET.

No caso da CET, lembramos, o que está sendo requerido é a diferença entre a diferença devida entre a data do ajuizamento da ação (25/08/2000) e a inclusão nos proventos (setembro de 2006).

Já no caso do PDF, está sendo cobrado do Estado da Bahia também a diferença devida entre a data do ajuizamento da ação (novembro de 2003) até a presente data. Importante salientar que estamos na dependência do Tribunal de Justiça da Bahia determinar ao Secretário da Administração e da Fazenda a imediata inclusão do benefício nos proventos e nas pensões.

Tais ações judiciais visam

garantir a todos os fazendários a paridade plena entre ativos e aposentados, conforme estabelece a Constituição Federal.

Para dar conta da demanda surgida com o recebimento da documentação, o Departamento Jurídico do Sindicato foi reforçado e está atendendo diariamente dezenas de colegas que vêm à entidade entregar os documentos.



Atendimento reforçado no Jurídico para receber documentação

SENSATEZ

Aqueles que tanto nos prejudicaram
Bem abaixo do Céu... Alguns estão,
Até nossos salários confiscaram!
Os que ficaram Chance não mais terão.

De nós queremos-os bem distante!
Nem a voz dos "servos" queremos ouvir,
Saúde, paz para os nossos governantes
Que Deus os proteja vivemos a pedir.

Que todos os seus caminhos se iluminem,
No trajeto conquistem mais vitórias,
Que os empecilhos não os desanimem
E o seu altruísmo entre para a história.

Que não esqueçam dos pensionistas
Que estão sofrendo e ainda sofrerão,
Peço-vos que confirmem as estatísticas,
Com a folha os cofres não abalarão;
Refiro-me aos pensionistas da Fazenda!
Que angustiados aguardam solução.

Soube escolher muito bem os assessores.
Que o bom Deus o ilumine muito mais,
Principalmente o "nosso" Secretário!
Amo-o e respeito porque Ele é demais!!!

Ruth Penalva
27/02/2010

Aposentados

Segunda parcela do acordo firmado em 2009 foi incorporada em março 64% de aumento em três anos

No mês passado foi incorporada a segunda parte do incremento salarial acordado entre o Sindsefaz e o governo da Bahia em favor dos fazendários. O percentual é fruto do disposto no art. 2.º, inciso IV, da Lei n.º 11.470/2009, que dividiu para os aposentados a incorporação de 40% do PDF (Prêmio por Desempenho Fazendário), anteriormente recebido apenas pelos ativos, em três parcelas: a primeira ocorrida em março de 2009 no valor de 15 % e, agora, em março de 2010 outros 15 % (mais 10 % de incorporação ocorrerá a partir de março de 2011).

Importante explicar que os 15% de incorporação do PDF significarão no contra cheque um incremento de cerca de



Mobilização dos aposentados têm trazido resultados

7,5%. Em janeiro de 2010 já havia ocorrido um incremento de 4% (reajuste geral) e em fevereiro/2010 novo incremento de 3% (fruto do acordo previsto no art. 7.º da Lei n.º 11.470/2009), acumulando 16% de incremento no 1º trimestre.

Juntando às execuções do PDF e da CET, em busca da

paridade constitucional entre ativos e aposentados, vivemos neste instante um momento de recuperação da dignidade desse segmento, tão massacrado no período compreendido entre 1991 e 2006. Nos últimos três anos, os aposentados tiveram incremento total de 64% nos seus proventos. Veja quadro.

Retrospectiva dos ganhos

1. Reajuste linear anual no percentual de 4,5 % a partir de 1.º de maio de 2007, aplicado a todos os servidores estaduais.

2. Retorno do valor unitário do valor do ponto a 3%, em três parcelas (fevereiro/2008, setembro/2008 e fevereiro/2009), através de acordo assinado pelo Sindsefaz e pelo Governo em fevereiro de 2008, que representou um aumento real de 9,5% para o Grupo Ocupacional Fisco, ativos e aposentados.

3. Reajuste linear anual no percentual de 4,46% a partir de maio de 2008, aplicado a todos os servidores públicos estaduais.

4. Reajuste linear anual de 4% em

janeiro de 2009, aplicado a todos os servidores públicos estaduais.

5. Além do reajuste linear anual, aplicado a todos os servidores públicos estaduais, os vencimentos dos servidores do Grupo Ocupacional Fisco, ativos e aposentados, de acordo com previsto no art. 7.º da Lei n.º 11.470/2009, tiveram e terão aumentos reais nos seguintes percentuais: 3% a partir de 1.º de fevereiro de 2009, 3% a partir de 1.º de fevereiro de 2010 e 3% a partir de 1.º de fevereiro de 2011.

6. Incorporação de 40% do PDF, através da alteração do valor unitário do ponto da Gratificação da Atividade Fiscal (GF), de acordo com o disposto no art. 2.º, inciso IV, da

Lei n.º 11.470/2009, em três parcelas: 15 % a partir de março de 2009, 15 % a partir de março de 2010 e 10 % a partir de março de 2011.

7. Novo subteto do Poder Executivo, no valor de R\$ 15.600,00, aprovado pela Assembléia Legislativa, com efeito financeiro a partir de 1.º de agosto de 2009.

8. Reajuste linear anual de 4% a partir de 1.º de janeiro de 2010, aplicado a todos os servidores públicos estaduais.

9. Novo subteto do Poder Executivo, no valor de 16.224,00, aprovado pela Assembléia Legislativa, com efeito financeiro a partir de 1.º de janeiro de 2010.

Sala de Convivência

Sindsefaz inaugura espaço para reunir nossos aposentados e pensionistas

Novo espaço de encontro

O Sindsefaz realiza na sexta-feira (16/04), às 7h30min, um café da manhã em comemoração à inauguração da Sala de Convivência de sua sede. Durante o evento serão homenageados ex-diretores e ex-delegados sindicais aposentados.

A sala de convivência é uma solicitação dos aposentados e pensionistas - o que não impossibilita os demais associados de usá-la - que sentiam a necessidade de um local adequado para a integração do segmento com seus pares e marca o final da reforma total do Sindsefaz.

O espaço tem mais 42m² e conta com uma estrutura confortável, funcional e recreativa. Mesas de jogos, TV de plasma, computadores com acesso a internet e impressão de contra cheques farão parte do ambiente aconchegante, além de uma programação, que pode ser mensal, feita pela Diretoria, com atividades variadas como palestras, massagens, café da manhã, entre outros.

Apesar de ainda não estar completa, a sala está em pleno uso. "Sou associada do Sindsefaz desde sua fundação, quando ainda era aquela casinha. A sede está linda! Esta sala, em especial, ficou muito confortável. Espero que a direção do sindicato continue pensando na gente e cuidando desse patrimônio, que é nosso, como eles cuidaram até agora", afirma a aposentada e pensionista Marlene Brito Freitas, 74 anos.



Indenização de Férias

IR cobrado sobre este direito nos últimos 10 anos deve ser restituído

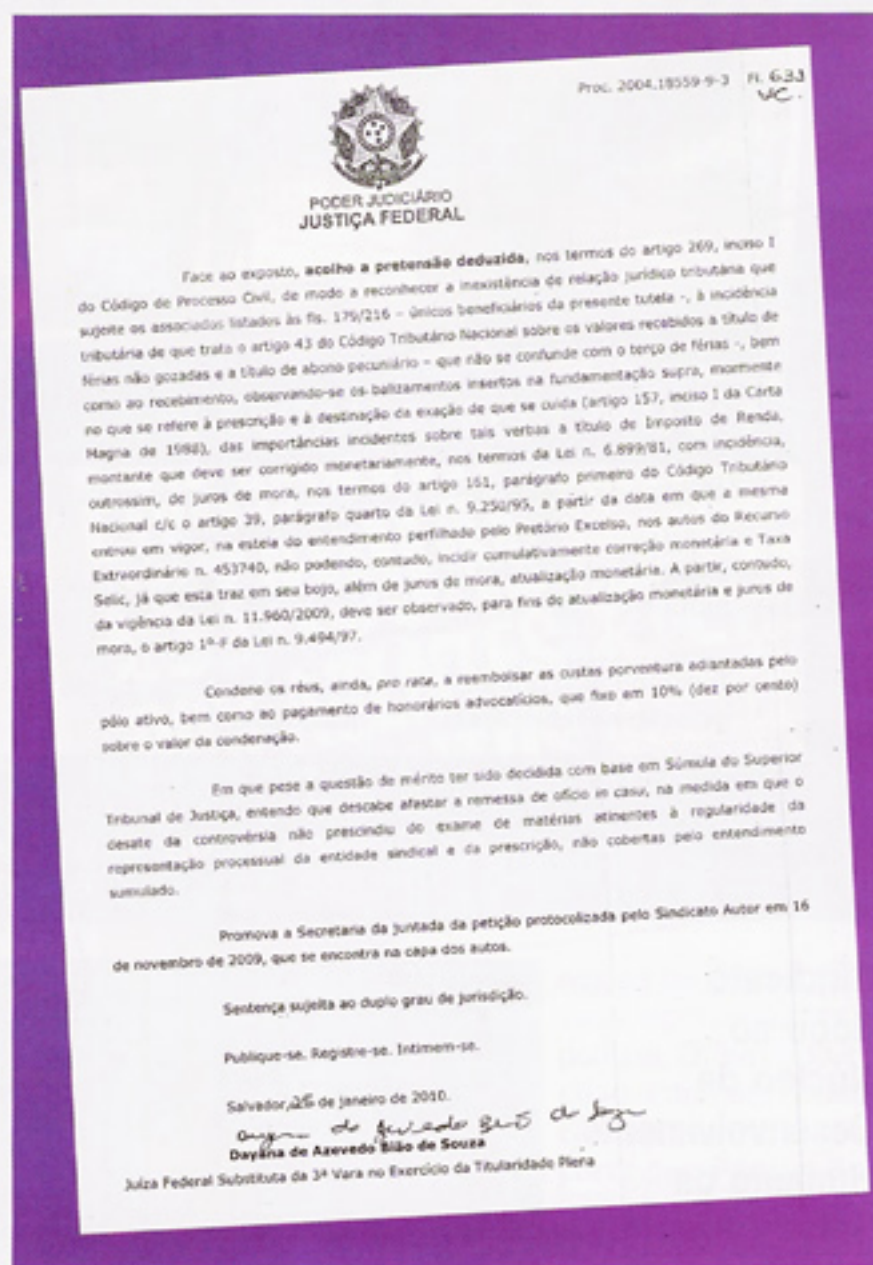
Vitória do Sindicato

A Justiça Federal julgou procedente a ação ordinária coletiva nº 0018556-40.2004.4.01.3300 (2004.33.00.018559-9), movida pelo SINDSEFAZ, condenando o Estado e a União a restituírem os valores cobrados dos integrantes do fisco a título de imposto de renda incidente sobre abono de férias e férias indenizadas dos últimos dez anos.

A ação foi movida em 29 de dezembro de 2003 e os efeitos da sentença retroagem a 1993, isso porque a Dra Dayana de Azevedo adotou a regra de prescrição conhecida como "cinco mais cinco". Na dicção da Dra. Dayana: "Diante de tal quadro e considerando que a ação em tela foi proposta em 29 de dezembro de 2003, encontram-se prescritos apenas os recolhimentos indevidamente efetuados na declaração de ajuste anual apresentada de 1993 para trás - relembre-se que o Fisco possui cinco anos para homologação, findo os quais, começam a fluir mais cinco anos para a pretensão de repetição do indébito."

Essa decisão abrange todos os servidores que integravam o grupo fisco em junho de 2005, conforme lista apresentada pelo Sindsefaz por solicitação da justiça (fls. 179/216), o que resultou na concessão de tutela antecipada determinando a suspensão da incidência do tributo questionado a partir de junho de 2005.

No decorrer do processo, o Sindsefaz apresentou nova listagem contendo todos os fazendários, o que não foi acatado pela doughty julgadora, uma vez que restringiu os efeitos da sentença aos "associados listados às fls. 179/216 - únicos beneficiários da presente tutela".



Neste ponto o Sindsefaz embargou de declaração a sentença, pleiteando que o "MM. Juízo exponha o fundamento que levou a limitação dos efeitos da coisa julgada aos servidores listados às fls. 179/216 dos autos", considerando que legitimação processual especial deferida pela Constituição Federal ao sindicato, permite a este deduzir em juízo a pretensão de toda a categoria e não apenas dos seus filiados.

Como nem todas as questões controvertidas dessa ação foram pacificadas nos Tribunais Superiores, a juíza adotou a regra do duplo grau de jurisdição, o que implica "Recurso de Ofício" para o TRF da 1ª região.

A estimativa do Sindsefaz é de que cada colega tenha direito a receber uma diferença que varia entre R\$ 300,00 e R\$ 800,00 por ano.

COLCHÕES Ortobom



**Desconto Especial
para Fazendário
filiado ao Sindsefaz**

1/3 DAS NOSSAS VIDAS PASSAMOS SOBRE ELE

- 40 anos de mercado
- Colchões para todos os biótipos;
- Tecnologia de última geração na fabricação;
- Matéria-prima da mais alta qualidade;
- Fabricação sobmedida;
- Produtos testados nos mais rigorosos testes de qualidade;
- Designs modernos e elaborados por estilistas;
- Tecidos com tratamentos antiácaros, antifúngicos e antimofos;
- Produtos ecologicamente corretos.

Entre em contato!
Cíntia Almeida - Consultora do sono
(71) 9163-4204 / 8786-4017

Sindicato
doou ao
Núcleo de
Desenvolvimento
Humano da
Sefaz
máquinas
fotográficas
que foram
sorteadas
entre os
fazendários.



Expediente
Expediente

Informativo editado sob a responsabilidade da Diretoria Executiva: Jorge Claudemiro da Silva, Maria de Fátima Nascimento Mota, Rubens Deusdedith Santiago Filho, Joaquim Amaral Filho, Ney Flávio Oliveira Chaves, Waldir Cruz, José Henrique Santos Abobreira, Gilvânia Viana Martins e Ubirajara Ribeiro Lima.
Jornalista Responsável: Moacyr Neves (MTb 1736 DRT-BA) - Repórter: Glenda Lima - Editoração: M2Editora (3245-0005) - Impressão: Costagraf Gráfica e Editora Edição fechada em 14/04/2010